

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do Instituto Federal do Amapá – IFAP foi elaborado seguindo as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Também foram observados, nessa elaboração, os seguintes documentos institucionais: O Projeto de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2108 do IFAP, o Projeto Político-Pedagógico constante no PDI 2114-2018 e Estatuto e Regimento Geral do IFAP. Além disso, serviu de parâmetro o documento orientador de elaboração do PDI na Rede Federal, construído no Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional, órgão de assessoramento ao CONIF.

A coordenação geral do processo de elaboração deste Plano coube à Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional, que, inicialmente, submeteu ao Colégio de Dirigentes do IFAP a proposta de construção do documento. Em seguida, uma Comissão Central foi instaurada para iniciar as discussões acerca de um cronograma com ações e prazos, de forma a viabilizar o trabalho, com contribuições de todos os atores envolvidos com o Instituto no Estado do Amapá.

Para garantir que o trabalho pudesse ser o mais representativo das contribuições da comunidade educacional, adotou a estratégia de descentralização das tarefas por meio de distintas comissões com diferentes atribuições.

Em cada um dos *Campi*, foi constituída comissão local, composta por representações de servidores e estudantes para desenvolvimento do plano de oferta de vagas para o período 2019-2023, assim como para discussão e sistematização do Plano Pedagógico Institucional – PPI. Posteriormente, em vistas da necessidade de discutir cada um dos temas das outras seções do PDI, foram criadas comissões temáticas, cuja função era construir as partes específicas com base nos documentos normativos e nas contribuições sistematizadas nos *Campi* pelas comissões locais. E foi designada, por fim, a comissão central, contando com

representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e de seus colegiados e entidades de servidores e estudantes, com a responsabilidade de apreciar, avaliar e aprovar previamente o documento final a ser encaminhado ao Conselho Superior.

Foi constituída, ainda, comissão de apoio logístico e comunicação, responsável pelo processo de organização das reuniões temáticas e de toda a parte de comunicação do processo de construção do PDI. E, em cada *Campus*, foram realizados, em distintos momentos, seminários, audiências públicas e reuniões, através dos quais os diversos segmentos que compõem o Instituto puderam colaborar com críticas, sugestões e proposições para subsidiar a elaboração do documento final.

Visando propiciar maior participação da comunidade acadêmica, foram adotadas, também, ferramentas eletrônicas, acessíveis via Rede Mundial de Computadores, incluindo a criação de uma página oficial do PDI 2014-2018 com link no sítio institucional para receber as contribuições, além da disponibilização do correio eletrônico.

Assim, no período compreendido entre março de 2018, com a apresentação da proposta em Reunião de Colégio de Dirigentes, e novembro de 2018, com a aprovação pelo CONSUP do documento final, construiu-se coletivamente um plano que detalha os objetivos e as metas estratégicas do IFAP como instituição de educação profissional, científica e tecnológica, em sintonia com os arranjos locais e regionais e buscando a excelência em suas ações acadêmicas e gerenciais. Após aprovado pelo Ministério da Educação, o Plano servirá como balizador da ação institucional, nos próximos cinco anos, devendo ser acompanhado em sua execução, avaliado em seus resultados e, caso necessário, redimensionado para o atingimento do melhor patamar de desenvolvimento.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá está inserido na chamada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecida nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com trajetória centenária, atualmente 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica. São 643 campi, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2018).

As instituições têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabilizam o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica (CONIF, 2018)

Além da mudança de institucionalidade, que possibilitou a reestruturação e o aprofundamento da sua atuação, essas instituições vêm experimentando, nos últimos anos, uma extraordinária expansão, que ampliou, de modo significativo, as oportunidades de acesso, inclusive nos interiores do país, onde se concentra o maior número de unidades.

Figura 1 – Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: retirado do site da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - redetec (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>)

Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar os objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

- expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país; e

- potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.

Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAP é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multi-campi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

O IFAP é uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

Abaixo apresenta-se um breve histórico da atuação do Instituto Federal no Estado do Amapá e suas áreas de atuação.

1.1 HISTÓRICO

O IFAP originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – Cefet-PA o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP. A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007 nomeou o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral Pró-Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por meio da Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves de Moura, como Reitor *Pró- Tempore* dessa autarquia.

O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluri curricular e multi-campi, apresenta os seguintes domicílios:

1. Reitoria.
2. *Campus* Macapá.
 - *Campus* Avançado Oiapoque.
3. *Campus* Laranjal do Jari.
4. *Campus* Santana.
5. *Campus* Porto Grande.
 - Centro de Referência em Educação à Distância de Pedra Branca do Amapari.

No segundo semestre de 2010, primeiro ano de atuação, o IFAP iniciou suas atividades na área de Ensino Técnico de Nível Médio – no *Campus* Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade Subsequente, com Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e no *Campus* Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e Edificações.

Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) Cursos superiores de Licenciaturas e de Tecnologia, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada – FIC. Nesse ano foram ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como Pro-funcionário, voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois *Campi*: Santana e Porto Grande. Neste mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do *Campus* Avançado Oiapoque, no município do mesmo nome, vinculado à estrutura do *Campus* Macapá, e a implantação do Centro de Referência

de Pedra Branca do Amapari, vinculado ao *Campus* Porto Grande.

Em 2015, o Ifap realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019.

Em 2018, há a oferta dos primeiros cursos de pós-graduação lato-sensu, constituídos e implementados integralmente pelo IFAP. E para 2019 a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, possibilitando ocupar um espaço importante no cenário local e nacional com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação.

A elaboração da meta de oferta de cursos do IFAP é construída a partir das demandas populares e estudos de viabilidade econômica e direcionados pela perspectiva dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e análise de mercado de trabalho. A execução das metas deverá estar em consonância com a infraestrutura física instalada e os recursos humanos disponíveis, cabendo a expansão da infraestrutura física e a contratação de novos servidores com o aumento das metas de cursos/vagas e a implantação dos novos domicílios.

O IFAP se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A construção do PDI tem como base as características socioeconômicas e culturais do estado do Amapá, fundamentalmente àquelas em que no seu bojo traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregar os municípios por similaridade econômica e social, o estado do Amapá está subdividido em dois mesorregiões conforme abaixo descrito:

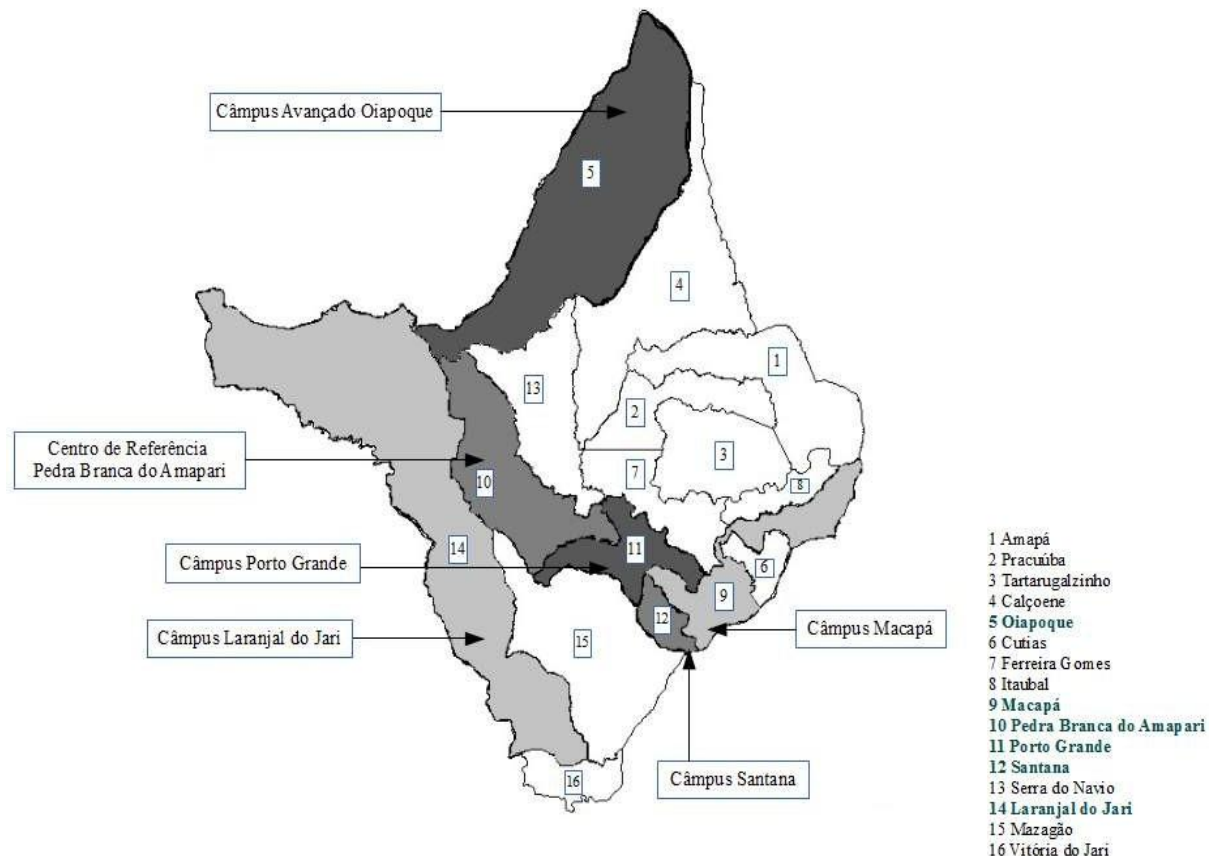
- I) **Mesorregião Norte** – contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.
- Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

II) Mesorregião do Sul do Amapá

- Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio).
- Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).

Figura 2 – Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP.



Fonte: [Google](#).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região. Macapá por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, com 75,9

hab/km² e população estimada em 493.634 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 49.446 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari, com 15.605 habitantes e, do lado do Pará a cidade de Almeirim, com 34.142 hab. e ainda o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a implantação do *Campus* de Laranjal do Jari atende não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, mas também a região do Vale do Jari (IBGE, 2010).

O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km da Capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário, este ocorrendo através da BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada. Limita-se com os municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e a Guiana Francesa.

A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e onde se encontram as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucauá, com uma população de 5.519 hab. (2.432 hab segundo fonte SIASI/SESAI), correspondendo a 77% da população indígena do Estado (IBGE, 2010).

Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

1.2.1. Contexto Geográfico

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.828.521 Km², ocupados por 829.494 mil habitantes (população estimada em 2018) distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,69 hab./Km².

A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo.

A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil índios.

O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil, na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

1.2.2. Contexto Social, Político e Econômico da Região

O estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar em meados dos anos 80 impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro de 1988.

Entretanto, até o ano de 1990 o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995 estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA, baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Em 2004 foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do Estado, estabelecendo uma política de incremento intra regional, fundamentado na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente por preconizar a formação de arranjos produtivos locais – APL.

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado de agentes em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, tem se transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

Segundo o “Plano Amapá Produtivo”, existem no Estado vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do

açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não configura, ainda hoje como um APL, dado ao baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das empresas e negócios instalados no Estado.

1.2.3. Contexto Internacional

O estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se esta não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia (EU).

Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região monodepartamental ultramarina e futura “coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem há muito tempo entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem se constituído, após alguns anos, em um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da

BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

Por outro lado, o governo estadual e federal vem procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

Outro fato marcante na integração regional do estado do Amapá foi a criação da ALCMS, que permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos mais profundos do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

Atualmente o sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoelétricas da Central de Santana (156,8 MW), as Usinas Hidrelétricas de Coaracy Nunes (78 MW), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), no Rio Araguari e a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí já concluído, o Amapá se interliga finalmente ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia

produzido no estado ficará disponível na rede.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá - Laranjal do Jari, bem como outras obras em curso, estimulam uma extraordinária transformação no sentido de criar o alicerce para seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

1.2.4. Contexto Histórico e Cultural

Atualmente a população do estado do Amapá, segundo cor e/ou raça, é formada por brancos, negros, pardos ou mestiços (na sua maioria) e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural. A composição da estrutura etária do Amapá, segundo dados do IBGE (2010) está demonstrada no gráfico abaixo.

De acordo com a pirâmide de distribuição da população abaixo, nasce mais pessoas do sexo masculino do que feminino, com predominância de uma população muito jovem nas faixas etárias compreendidas entre 10 a 14 anos e em seguida de 15 a 19 anos. Por outro lado, na média, o índice de mortalidade masculina é maior e a longevidade para o sexo feminino é mais expressivo.

Figura 3 – Pirâmide etária do Amapá.

Grupo de idade	População	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
Mais de 100 anos	48	0,0%	0,0%	131
95 a 99 anos	103	0,0%	0,0%	188
90 a 94 anos	209	0,0%	0,1%	374
85 a 89 anos	438	0,1%	0,1%	628
80 a 84 anos	1.015	0,2%	0,2%	1.213
75 a 79 anos	1.851	0,3%	0,3%	2.079
70 a 74 anos	2.921	0,4%	0,5%	3.057
65 a 69 anos	4.382	0,7%	0,7%	4.450
60 a 64 anos	5.694	0,9%	0,8%	5.495
55 a 59 anos	8.462	1,3%	1,2%	8.170
50 a 54 anos	11.706	1,7%	1,7%	11.145
45 a 49 anos	14.774	2,2%	2,1%	14.185
40 a 44 anos	18.839	2,8%	2,8%	18.439
35 a 39 anos	23.214	3,5%	3,5%	23.540
30 a 34 anos	27.068	4,0%	4,2%	28.224
25 a 29 anos	31.171	4,7%	4,9%	32.630
20 a 24 anos	34.046	5,1%	5,2%	34.503
15 a 19 anos	36.543	5,5%	5,5%	36.731
10 a 14 anos	39.930	6,0%	5,9%	39.301
5 a 9 anos	37.067	5,5%	5,3%	35.589
0 a 4 anos	35.654	5,3%	5,1%	34.319

Fonte: IBGE, 2010

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas para o Senado; o aumento de 04 para 08 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado, implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. A exemplo dessas alternativas verifica-se a

instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

Do mesmo modo, houve a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. Sendo o píer 1 apresentando 200 m de extensão, com 12,5 de calado, o píer 2 apresentando 120 m de extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios com até 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológicas na região.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos a 2004 mostram que, em relação a 2003, apenas as regiões Norte (de 5% para 5,3%) e Nordeste (13,8% para 14,1%) ganharam participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Os estados do Pará (6,6%) e Amazonas (11,5%) registraram um bom desempenho da indústria e da agropecuária acima da média nacional (4,9%). Os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins e Amapá atingiram a melhor participação na série 1985-2004 (IBGE, 2004).

Em relação a 2005, o Amapá permaneceu apresentando os mesmos índices de participação e colocação no PIB brasileiro, variando apenas os dados referentes aos setores. Então, o PIB registrado no período foi de 18,57% na agropecuária, 10,65% na indústria, 2,91% nos impostos e 67,87% nos serviços (IBGE, 2010).

Analisando os índices de 2004 e 2005 percebe-se que houve um crescimento das atividades relacionadas ao setor agropecuário e da indústria, e um recuo na arrecadação dos impostos e na prestação de serviços.

Em 2006, os estados do Acre (26^a) e Amapá (25^a) trocaram de posição no ranking nacional quanto ao PIB, sendo o Acre com um percentual de 0,20% e o Amapá, com 0,22%. O estado do Amapá depende muito do setor público e tem cerca de 50% da economia a este ligada. As taxas de crescimento de sua população são as mais altas entre os estados, gerando grande demanda por serviços públicos e infraestrutura. Dessa forma, em 2006 a economia local do Amapá ficou assim distribuída: agropecuária 22,78%, indústria 7,65%, impostos

3,81% e serviços, 65,76% (IBGE, 2010).

Em 2008, o estado do Amapá alcançou um PIB de 6.764.834, mantendo-se a 25ª posição, estando à frente de Roraima (4.889.303) e Acre (6.730.108). Analisando o PIB *per capita* (2008), o Amapá com 11.032,67 está acima da média da região norte, que apresenta PIB *per capita* de 10.216,43 e a baixo da média do País (15.989,77).

O PIB do Amapá – que é a soma de todas as riquezas produzidas no estado – alcançou R\$ 8,9 bilhões em 2011, o que representa um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Em 2010, o PIB foi de R\$ 8,2 bilhões. O crescimento em 2011 é resultado da expansão do setor de serviços, que, no período, teve elevação de 23,8%. Por outro lado, a maior queda aconteceu na construção civil, com -14,7% (IBGE, 2010).

O PIB do Amapá foi o quinto melhor do Norte, ficando à frente do Acre (R\$ 8 bilhões) e Roraima (R\$ 6,4 bilhões). O aumento de 4,9% no PIB amapaense foi acima da média brasileira e do Norte, de 2,9% e 3,5%, respectivamente.

Segundo o estudo, a renda per capita do Amapá também aumentou. Ela fechou 2011 em R\$ 13.105. No ano anterior o estado alcançou R\$ 12.361. A renda amapaense ficou à frente somente dos estados do Acre e Pará. A administração pública é a principal atividade econômica do Amapá com uma participação de 48,7% no PIB estadual. O comércio teve a segunda maior participação, com 13,6% (IBGE, 2010).

1.2.5. Municípios

O PIB dos 16 municípios do estado apresentou um montante de R\$ 13,8 bilhões e Macapá tem a maior participação, chegando a 65,5%, com R\$ 9 bilhões. Os cinco maiores municípios que compuseram a soma de todas as riquezas produzidas no Amapá foram Macapá (R\$ 9 bilhões), Santana (R\$ 1,99 bilhão), Laranjal do Jari (R\$ 559 milhões), Ferreira Gomes (R\$ 344 milhões) e Oiapoque (R\$ 300 milhões). Juntos respondem por 88,6% do PIB amapaense. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

No ano de 2015, a crise econômica no Brasil teve crescimento acentuado. Por isto, neste período, chamou a atenção o crescimento de Ferreira Gomes, com média de 39% desde 2011. Tal crescimento se justifica em razão da Indústria de

Energia Elétrica, que mudou o perfil econômico do município com a instalação de uma usina hidrelétrica.

Na análise do PIB per capita, três municípios tiveram renda superior a do Estado. Ferreira Gomes é a primeira renda per capita do estado desde 2013, mas a 4º economia com PIB de R\$ 344.384 milhões corresponde a 2,5% de participação. Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

1.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO IFAP

O IFAP, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação – Lei nº 11.892/2008, busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
- Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.
- Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAP para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. A Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação será desenvolvida nas seguintes formas:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de Pós-graduação:
 - i. *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
 - ii. *Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica.

Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAP trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos é especialmente nas áreas de Letras, Ciências e Matemática, que representam um enorme déficit entre a demanda e a oferta em nosso país, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

Cabe ressaltar que um mesmo curso é ofertado em níveis e formas diferentes, visto que há também uma preocupação em promover a integração e a

verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

1.3.1. Eixos Tecnológicos

Nesse sentido, os cursos de Educação Profissional e Tecnológica e os de Formação Inicial e Continuada foram organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos. Os eixos agrupam os cursos oferecidos pelo IFAP, obedecendo as suas características científicas e tecnológicas.

Dentro dessa concepção, a diversidade dos eixos tecnológicos possibilita ao educando a construção de um leque de alternativas de formação e a verticalização do ensino nos diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. O quadro 1 apresenta os Eixos Tecnológicos ofertados pelas Unidades de Ensino do IFAP, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Quadro da Distribuição dos Eixos Tecnológicos ofertados nas Unidades de Ensino do IFAP.

UNIDADES DE ENSINO	EIXOS TECNOLÓGICOS
<i>Campus Laranjal do Jari</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão e Negócios 2. Informação e Comunicação 3. Recursos Naturais 4. Desenvolvimento Educacional e Social
<i>Campus Macapá</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção Industrial 2. Segurança 3. Gestão e Negócios 4. Produção Alimentícia 5. Desenvolvimento Educacional e Social 6. Infraestrutura
<i>Campus Avançado Oiapoque</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão e Negócios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos Naturais

<i>Campus</i> Porto Grande	2. Desenvolvimento Educacional e Social
Centro de Referência em Educação à Distância Pedra Branca do Amapari	1. Recursos Naturais 2. Gestão e Negócios
<i>Campus</i> Santana	1. Gestão e Negócios 2. Informação e Comunicação 3. Produção Cultural e Designer
Polo de EaD de Amapá	1. Gestão e Negócios

1.4. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Lei nº 11.892/2008 define as finalidades, características e objetivos de todos os Institutos Federais e são apresentados neste documento como norteadores de todas os planos e ações promovidos pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP. Com base neles, foram delineados alguns Princípios.

1.4.1. Princípios

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade.
- II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e modalidades.
- III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios de autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas.
- IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo.
- VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito.

- VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.
- VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.
- IX. Excelência acadêmica.
- X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e especificidades regionais.

1.4.2. Características e Finalidades

As ações de ensino, pesquisa e extensão do IFAP precisam estar dimensionadas e articuladas com os recursos necessários para seu funcionamento, de forma que a Instituição possa ajustar-se às demandas sociais que subjazem sua existência. Assim, sob orientação do art. 6º. da Lei 11.892/2008, o IFAP define assim suas características e finalidades:

a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;

b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;

c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;

d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;

e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;

f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;

g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e

tecnológica;

h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;

i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.

1.4.3. Objetivos

Como decorrência das características e das finalidades, o IFAP apresenta os seguintes objetivos:

a) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

b) ministrar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

c) fomentar a pesquisa como princípio educativo;

d) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;

e) desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;

f) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional; e

g) ministrar, em nível de educação superior:

- cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade;
- cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação

profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática;

- cursos de pós-graduação lato sensu (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- cursos de pós-graduação stricto sensu (tanto de mestrado quanto de doutorado), visando o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.